

María Cristina Vallejo y Mateo Aguado Caso
Compiladores

Reflexiones sobre los límites del desarrollo

Memorias del Sexto Congreso Iberoamericano sobre Desarrollo y Ambiente VI CISDA



Congreso Iberoamericano sobre Desarrollo y Ambiente, VI CISDA (6º : 2013 dic. 12-13 : Quito)
Reflexiones sobre los límites del desarrollo : memorias del Sexto Congreso Iberoamericano sobre Desarrollo y Ambiente, VI CISDA / coordinado por María Cristina Vallejo y Mateo Aguado Caso. Quito : FLACSO, Sede Ecuador : Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo, 2014
177 p. : cuadros, gráficos, mapas y tablas
ISBN: 978-9978-67-418-5
DESARROLLO SOSTENIBLE ; AMÉRICA LATINA ; ECONOMÍA ECOLÓGICA ; ECOLOGÍA POLÍTICA ; TERRITORIO ; POLÍTICAS SOCIALES ; MEDIO AMBIENTE ; GESTIÓN AMBIENTAL ; EDUCACIÓN AMBIENTAL
333.716 - CDD

© De la presente edición:

FLACSO, Sede Ecuador
La Pradera E7-174 y Diego de Almagro
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2) 323 8888
Fax: (593-2) 323 7960
www.flacso.org.ec

Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo
Juan León Mera Nro.130 y Av. Patria
Quito-Ecuador
Telf.: (593 2) 397 8900 Ext: 2814
www.planificacion.gob.ec

ISBN: 978-9978-67-418-5
Diseño de portada e interiores: FLACSO
Impresión: Impresores Fraga
Quito, Ecuador, 2014
1ª. edición: mayo de 2014

El presente libro es una obra de divulgación y no forma parte de las series académicas de FLACSO-Sede Ecuador.

Índice

Presentación	7
Agradecimientos.	9
Introducción	
Ambiente y desarrollo: contribuciones desde el territorio	11
<i>Pabel Muñoz L.</i>	
Reflexiones sobre los límites del desarrollo en el marco del Sexto Congreso Iberoamericano sobre Desarrollo y Ambiente, FLACSO-Sede Ecuador	13
<i>María Cristina Vallejo</i>	
<i>Consenso de los commodities</i> y lenguajes de valoración en América Latina	25
<i>Maristella Svampa</i>	
O que as recentes manifestações populares no Brasil nos dizem sobre políticas sociais, meio ambiente e bem-estar	43
<i>Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho</i> <i>Frederico Cavadas Barcellos</i> <i>Antonio Elder de Oliveira Tavares</i>	

Decisiones deliberativas bajo un enfoque multicriterial para Latinoamérica.	83
<i>Bernardo Aguilar González</i>	
“Buen vivir”: ¿biopolítica o alternativa?	131
<i>David Cortez</i>	
Racionalidades campesinas y procesos de desarrollo sostenible. Posibilidades de una nueva relación sociedad-naturaleza.	143
<i>Olga Lucía Cadena Durán</i>	
Economía ecológica y ecología política en el ámbito de la educación ambiental	155
<i>David Pérez Neira</i>	
<i>Xavier Simón Fernández</i>	
<i>Marta Soler Montiel</i>	
<i>Sandra Ferrante</i>	

O que as recentes manifestações populares no Brasil nos dizem sobre políticas sociais, meio ambiente e bem-estar *

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho**

Frederico Cavadas Barcellos***

Antonio Elder de Oliveira Tavares****

“O Brasil acordou”

Frase num cartaz da passeada

“Ao se dar mais renda para alguém, é natural que essa pessoa se torne mais exigente”

Ricardo Paes de Barros¹

Introdução

Nos meses de junho e julho de 2013 ocorreram no Brasil grandes manifestações populares. Estima-se que, no seu auge, em 20 de junho, essas manifestações chegaram a reunir cerca de 1 400 mil pessoas nas ruas, em cerca de 120 cidades brasileiras². O motivo que desencadeou as manifestações, inicialmente organizadas pelo Movimento Passe Livre, foi o aumento de

* Os autores expressam nesse texto opiniões pessoais e não das instituições a que pertencem. Todas as informações do IBGE utilizadas nesse texto são de acesso público. Agradecemos as críticas e sugestões de Eloisa de Castro Silva, e Sonia Maria Moreira.

** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-Universidade Estácio de Sá.

*** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**** Universidade Estácio de Sá.

1 Subsecretário de ações estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) entrevista ao jornal *Valor Econômico*, 13 de novembro de 2013.

2 Jornal *O Globo* “Um mês para não esquecer”, 30 de junho de 2013.

0,20 centavos de Real nas passagens de transportes públicos. As bandeiras do movimento, que não estavam ligadas a nenhum partido político, foram demandas por maior oferta e melhores serviços públicos, em especial educação e saúde, combate a corrupção e os exagerados gastos com a copa do mundo.

Na visão de Mendes (2013) apesar do caráter difuso dos protestos, um ponto parece claro: a população está indignada e com consciência de que as prioridades adotadas pelos governos federal, estadual e municipal são a de construir estádios de futebol a investir na superação dos crônicos problemas de transporte urbano ou na melhoria de serviços de saúde e educação. O movimento foi inteiramente inesperado e tem pontos de contato com a Primavera Árabe, com os Indignados da Espanha e com o “Ocupe Wall Street” dos EUA, pelo peso que as redes sociais tiveram na articulação do movimento e pela participação de jovens. Mas também contrasta com esses movimentos no que se refere ao contexto socioeconômico.

Esse texto discute as causas desse movimento popular, e suas implicações em termos de políticas sociais, meio ambiente e bem-estar. Analisaremos na primeira parte as causas econômicas das manifestações e, em seguida, as reivindicações das mesmas e suas relações com os temas políticas sociais, meio ambientes e bem estar. Mostraremos que as reivindicações das ruas refletem o esgotamento da agenda de desenvolvimento, que vem sendo implementada nas últimas décadas.

O cenário macroeconômico

“Aconteceu também no Brasil.
Sem que ninguém esperasse”
Castells (2013: 178)

Aparentemente não havia razão para tanta insatisfação que surpreendeu a todos. O impacto das manifestações foi grande no meio político, em especial no partido do governo (Partido dos Trabalhadores – PT). Os dois relatos a seguir são bem ilustrativos disso. O historiador Lincoln Secco, autor de um livro sobre a história do PT, fez a seguinte declaração ao jornal

Folha de São Paulo de 23 junho de 2013 “A direção do PT está em pânico. É a primeira vez que o PT precisa enfrentar um movimento de massas. Embora não seja só contra o partido, é contra ele também. Contra alguns de seus governos. Isso é inédito”. Em janeiro de 2014, O Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho declarou no Fórum Social em Porto Alegre que “Houve quase que um sentimento de ingratidão, ao dizer: ‘fizemos tanto por essa gente e agora eles se levantam contra nós’ ” (O Estado de São Paulo, 25 de fevereiro de 2014)³. Nesse mesmo evento Gilberto de Carvalho declarou que “Não há dúvida nenhuma de que os sinais (de desgaste) estão dados. Neste momento, nos damos conta que as conquistas importantes que nós tivemos estão dadas. Foram importantes, mas foram absolutamente insuficientes. Tivemos um processo de inclusão social inegável e temos que nos orgulhar disso. Mas temos que reconhecer que foi absolutamente insuficiente”⁴.

Em junho de 2013 a economia brasileira crescia, a inflação estava dentro dos limites da política de metas de inflação, o desemprego estava em níveis mais baixos (Gráfico N.º 1) e o rendimento médio real nos níveis mais elevados de sua série (Gráfico N.º 2). Nesse contexto, a Presidente Dilma Rousseff apresentava elevados índices de popularidade⁵. O contexto econômico estava muito mais próximo de maio 1968 na França, quando não havia maiores problemas econômicos e o presidente era popular, do que da Espanha do movimento dos indignados ou dos EUA do movimento “Ocupe Wall Street”. É uma realidade muito diferente da Primavera Árabe, onde se lutava contra regimes autoritários.

O paralelo com maio de 1968 se justifica segundo André Lara Resende, pois “maio de 1968 é o paradigma do movimento sem causas claras nem objetivos bem definidos, uma combustão espontânea surpreendente, que ocorre em condições políticas e econômicas relativamente favoráveis” (Resende, 2013: 4)

3 Apesar de essa declaração ter saído em vários jornais, Gilberto Carvalho posteriormente a desmentiu, dizendo que houve um “mal entendido”.

4 <http://oglobo.globo.com/pais/gilberto-carvalho-admite-que-modelo-que-levou-pt-ao-poder-esta-desgastado-11397459>

5 Segundo Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em junho de 2013, 71% da população brasileira aprovavam a maneira de governar de Dilma.

Não haviam razões macroeconômicas para tanta insatisfação, mas ao longo do ano as expectativas da população foram se tornando mais pessimistas: em junho, segundo a CNI, houve uma expressiva queda nas expectativas dos consumidores (CNI, 2013b), ficando a partir de então no nível mais baixo dos últimos cinco anos (CNI, 2012c). Em junho de 2013 caiu o sentimento de satisfação com a vida pela população para seu nível mais baixo dos últimos 6 anos (CNI, 2013d).

Paradoxalmente, em 2013, o medo com o desemprego está em níveis muito baixos, os menores da série (CNI, 2013e); por outro lado a popularidade do governo Dilma cai de maio de 2013 (79% de aprovação) para junho (71% de aprovação) (CNI, 2013a)⁶, refletindo o aumento da inflação no início do ano. A meta de inflação para 2013 é 4,5% com margem até 6,5%. De março a junho a inflação em doze meses esteve no teto ou ligeiramente acima do teto da meta. Esses aumentos foram puxados pelo preço dos alimentos. Portanto, a insatisfação crescia, mesmo com desemprego em baixa e a renda em crescimento alta, em especial dos jovens⁷.

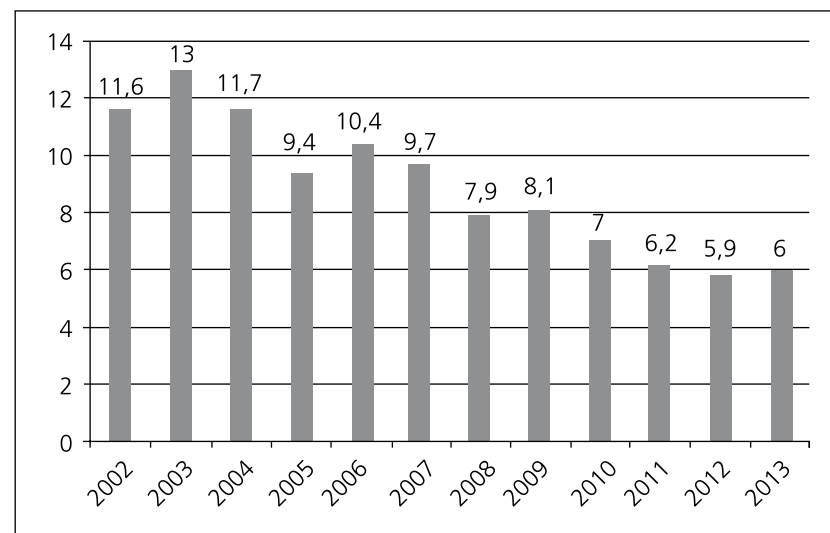
Somem-se a isto, os compromissos assumidos pelo governo federal junto à Matriz de Responsabilidade da FIFA tendo em vista a realização da Copa do Mundo de 2014. A Federação Internacional de Futebol (FIFA) exigiu durante os quatro anos de preparação para a Copa, que o Brasil acelerasse as obras dos estádios e de mobilidade urbana, fator que encareceu ainda mais os custos.

No Brasil, investimentos em educação, saúde, moradia e segurança são urgentes e necessários. Os gastos com o evento atingiram a cifra de 28 bilhões de Reais em junho de 2013 muito acima dos custos da Copa realizada no Japão, em 2002, e na Alemanha, em 2006. Esse valor supera em 28% o orçamento do Programa Bolsa Família, principal programa do governo federal de transferência direta de renda, e que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país (Rodrigues, 2013).

6 Nesse trabalho estamos utilizando para avaliar o Governo Dilma, por ser mais direta, a pergunta se o entrevistado aprova ou não a maneira de governar, onde só há três opções: aprova, não aprova e não sabe/não opinou.

7 Segundo Menezes Filho (2013) “a situação dos jovens está melhor do que nunca... O período imediatamente anterior ao início das manifestações foi o de maior crescimento salarial dos jovens educados nos últimos anos”.

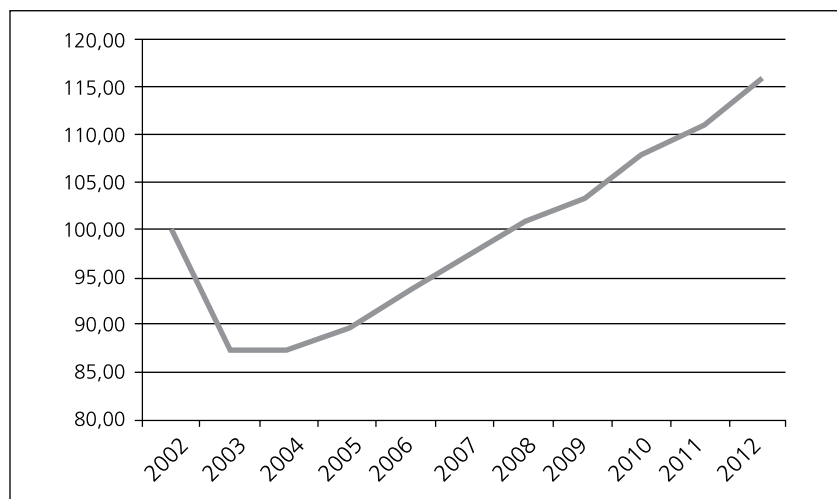
Gráfico N.º 1
Taxa de desemprego no mês de junho (2002-2013)



Fonte: IBGE-Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Cabe ressaltar que se levarmos em conta, não o custo total, mas o custo por assento dos estádios as diferenças frente aos gastos nas Copas anteriores ficam menores (Medeiros e Guimarães, 2013).

Gráfico N.º 2
Evolução do rendimento real efetivo das pessoas ocupadas
Base: 2002=100 (2002-2012)



Fonte: IBGE-Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Mesmo levando em conta uma piora nos índices inflacionários em 2013, não há aparente relação entre a piora das expectativas e as condições econômicas da população. Estas melhoraram de forma quase contínua desde o fim do Plano Real em 1999, plano bem sucedido no combate à inflação. Nesses anos depois do Plano Real o único período de maior turbulência econômica foi em 2008/2009 em função da crise econômica internacional, da qual o Brasil se recuperou relativamente rápido. Ao longo das últimas décadas têm melhorado as condições sociais da população, com queda da pobreza, redução na desigualdade de renda e maior acesso à educação⁸. Qual o motivo, portanto, de tanta insatisfação?

Acreditamos que há dois motivos. O primeiro é que o conjunto do filme é melhor do que suas sequências finais. Ou seja, a tendência dos indicadores sociais é de melhora, mas os últimos resultados mostram que essa evolução

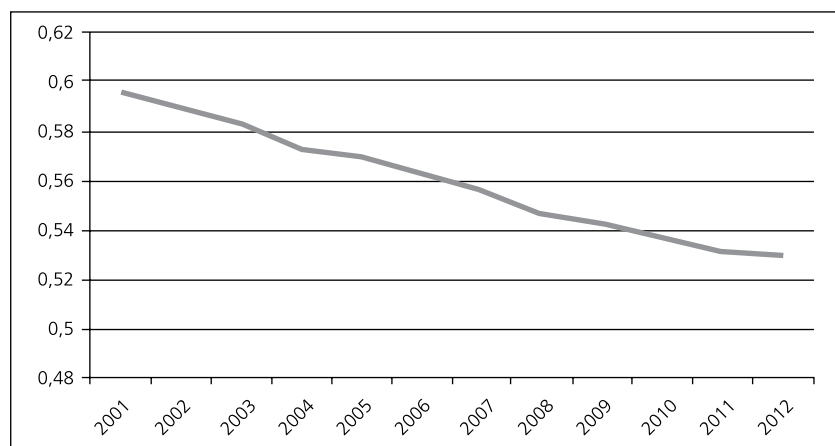
8 Para informações sobre educação e pobreza vide IPEA (2012).

positiva tem se reduzido bastante em intensidade, pelo menos no caso de alguns indicadores, como se estivéssemos perto de chegar a um ponto limite (“teto”) que dificilmente poderia ser ultrapassado. Por exemplo, o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, tanto para rendimento médio mensal para todas as fontes de renda, quanto para rendimento domiciliar e renda domiciliar per capita fica estável ou praticamente estável de 2011 a 2012 (IBGE, 2013a; 2013b) (IPEADATA) (Gráfico N.º 3). O resultado de 2012 reflete uma mudança no padrão de crescimento da renda. Em 2012, ao contrário do período 2001-2011, os 10% mais ricos tiveram um acréscimo substancial de renda, frente aos decis imediatamente anteriores (gráficos N.º 4 e N.º 5). Com isso, o acréscimo de renda deixou de ser inversamente proporcional ao nível de renda. O índice de Gini vinha em queda desde o início desse século no Brasil (Mendes, 2013) e na América Latina (CEPAL, 2012), numa trajetória divergente da dos países desenvolvidos que foram mais fortemente afetados pela crise financeira de 2008 (OECD, 2013).

A taxa de analfabetismo, em 2012, interrompe sua trajetória de queda e tem um ligeiro crescimento, passando de 8,6% em 2011 para 8,7% em 2012, segundo Pesquisa de Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2013b). Essa variação pode não ter muito significado do ponto de vista estatístico, dado sua magnitude e ao fato da pesquisa (PNAD) ser por amostragem, o que implica na existência de uma margem de erro. Mas é uma novidade e reflete uma realidade que não é típica de um país “emergente”. Os analfabetos no Brasil são principalmente pessoas mais velhas –idosas ou próximo disso– e que vivem em áreas rurais. Esse é um público difícil de ser alcançado e com sérias dificuldades de aprendizado devido à idade avançada. Praticamente não há crianças analfabetas. Portanto, o analfabetismo cai em grande medida porque os analfabetos morrem. Isso se dá lentamente, pois cresce a expectativa de vida da população. O analfabetismo está longe de ser hoje o problema mais sério do Brasil em termos de educação.

No entanto, ainda que haja espaço para melhoras tanto no índice de Gini quanto na taxa de analfabetismo, já que nos dois casos o Brasil está abaixo da Argentina e Uruguai, as estatísticas mostram indícios de que os avanços estão mais difíceis nesse momento.

Gráfico N.º 3
Índice Gini para renda domiciliar per capita (2001-2012)



Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); cálculo do índice IPADATA.

Alguns indicadores sociais relativos a características de domicílios não têm como melhorar pois já se chegou no limite ou muito próximo a isso. Alguns exemplos para 2012: domicílios com acesso a iluminação elétrica (99,5%), com telefone (91,2%), com fogão (98,7%), com geladeira (96,7%), com televisão (97,2%). Outro exemplo, a taxa de frequência à escola, em 2011, era de 98,2% na faixa de 6 a 14 anos, e de 83,7% na faixa de 15 a 17 anos (IBGE, 2013c), indicando, portanto, que praticamente não há criança fora da escola e são poucos os jovens até 17 anos nessa situação. A taxa de desemprego, em 2013, está nos níveis mais baixos de sua série e já se discute se o Brasil estaria em situação de pleno emprego (Proni, 2012; Costa, 2013). Há muito espaço para avanço em outros indicadores como domicílios com acesso à rede coletora de esgoto (57,1%), com computador com acesso à internet (40,3%) (IBGE, 2013 a), e frequência a estabelecimento de ensino⁹ na faixa de 18 a 24 anos (28,9%), mas não há dúvida de que muitas das necessidades básicas da população foram atendidas e que cabe agora atender a outras necessidades (algumas ainda básicas).

9 Estamos nos referindo aqui apenas à frequência bruta, que não leva em conta a adequação série-idade.

A segunda explicação para a insatisfação está no crescimento da chamada “nova classe média”¹⁰ que é o outro lado da diminuição da pobreza¹¹. Isso significa que agora as demandas são outras¹². Como bem colocou o economista Ricardo Paes de Barros, subsecretário de ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), “O problema é que o Brasil aprendeu a chegar aos mais pobre do pobre, mas ninguém tem muita ideia de como fazer política para essa classe média” (*Valor Econômico*, 13 novembro 2013). A situação que o Brasil passa tem paralelo com a do Chile e, em menor medida, com a do Peru, que são países onde a economia vai bem mas, apesar disso, a população está insatisfeita e isso se reflete na baixa popularidade dos governantes¹³. Sobre essa situação o presidente do Chile Sebastián Piñera, em encontros com a imprensa, afirmou: “mudou o termômetro, as pessoas se tornaram mais exigentes”¹⁴ e portanto “o Chile mudou e se tornará mais difícil de governar para qualquer presidente”¹⁵. Isso é uma mudança significativa da era “é a economia estúpido”¹⁶ em que bastavam bons resultados econômicos para a reeleição de um presidente estar garantida.

10 Não pretendemos aqui discutir o que seja classe média e se no Brasil está havendo o surgimento de uma nova classe média (que seria antiga classe C) ou apenas o aumento de renda da classe operária.

11 A pobreza (número de pessoas abaixo da linha de pobreza) no Brasil pelo conceito \$2 paridade de poder de compra (ppp) caiu 83,1% de 1992 a 2012 (IPEA, 2013).

12 Para a revista *The Economist* esse é um fenômeno mundial “Street protests in Brazil, India and Turkey have rallied mostly middle-class crowds demanding better public services and an end to corruption” (*The Economist*, 29 de junho de 2013). Sobre a ascensão da classe média na América Latina vide Ferreira et al. (2013).

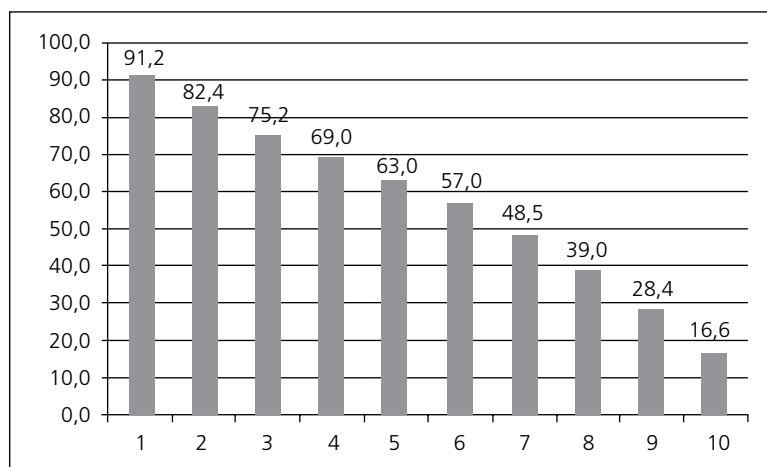
13 Vide a esse respeito Felício (2013), Melo (2013) e Murakawa (2013).

14 Figueiredo (2013): “Chile vai às urnas – Retorno à esquerda”, *O Globo*, 17 de novembro de 2013.

15 Rossi (2013): “O Chile, as urnas e a rua”, *Folha de São Paulo*, 17 de novembro de 2013.

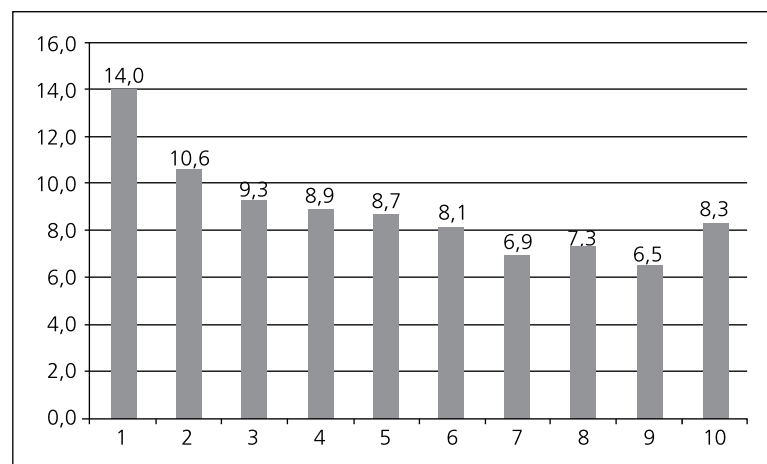
16 Frase de James Larville, estrategista da campanha vitoriosa de Bill Clinton à presidência em 1992.

Gráfico N.º 4
Crescimento da renda por décimos de renda per capita (2001-2011)



Fonte: IBGE-PNAD.
Elaborado por: IPEA (2012).

Gráfico N.º 5
Crescimento da renda por décimos de renda per capita (2011-2012)



Fonte: IBGE-PNAD.
Elaborado por: IPEA (2013).

As reivindicações

“A gente não quer só comida”
Comida, música dos Titãs

“As reivindicações podem ser resumidas na exigência de um estado de bem-estar social mais bem acabado, com educação e saúde de qualidade etc.”
Marcelo Mitterhof (2013)

Mas quem são esses manifestantes e o que querem exatamente? A primeira pergunta é mais difícil de responder que a segunda. Uma pesquisa sobre o perfil dos manifestantes de rua, feita por Marcelo Ridenti, mostra que são jovens escolarizados, que trabalham durante o dia e estudam a noite, enfrentando precarização de serviços públicos e dúvidas quanto a possibilidade de ascensão social (*Valor Econômico*, 27 setembro 2013). A principal bandeira do movimento, e seu “estopim”, foi o aumento das tarifas públicas de transporte urbano. Outras bandeiras levantadas foram¹⁷: por mais verbas para educação e saúde, pela redução dos gastos com a Copa do Mundo/ não realização da Copa; contra a PEC 37, que reduzia o poder de investigação do Ministério Público da União; contra a impunidade dos políticos que cometeram crimes; contra a classe política em geral; contra a violência policial; pela redução de impostos; contra o projeto de “cura gay”¹⁸; pela reforma agrária e pela demarcação das terras indígenas ou seja: uma verdadeira panaceia de reivindicações.

Uma pesquisa abrangente sobre o tema feita pelo IBOPE, no dia 20 de junho, em sete estados brasileiros, mostrou que as principais razões das reivindicações dos manifestantes eram: ambiente político (65,0%), transporte público (53,7%), saúde (36,7%), gastos com a Copa do Mundo/Copa das Confederações (30,9%) e educação (29,8%)¹⁹. Segundo

17 Tomamos como base a matéria “A pauta das ruas” do jornal *Folha de São Paulo* de 7 de setembro de 2013.

18 Referência ao projeto de lei aprovado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados que prevê verbas públicas para iniciativas que visem “curar” homossexuais.

19 Resposta múltipla, sendo somadas as três razões indicadas pelos entrevistados. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>

esse levantamento era o seguinte o perfil dos manifestantes: 43% com 14 a 24 anos, 20% com 25 a 29 anos, 49% com segundo grau completo ou ensino superior iniciado, 43% com curso superior completo, 76% trabalham, 52% estudam, 62% souberam da manifestação pelo Facebook. Não há dúvida, portanto, que os manifestantes são majoritariamente da classe média.

Segundo o jornal *Folha de São Paulo* de 7 de setembro de 2013, os manifestantes foram à rua “protestar contra a corrupção e exigir melhores serviços públicos”. Portanto, não se está reivindicando mais emprego e melhores salários, o que não faria sentido dado os baixos níveis de desemprego e o crescimento da renda nos últimos anos. Não há dúvida que algumas necessidades básicas da população já foram atendidas. Trata-se agora não tanto “mais”, mas principalmente “melhores” serviços públicos. No Brasil é universal o acesso à educação fundamental, e a serviços de saúde. A questão é a qualidade da saúde e da educação. O caso do transporte urbano é similar, o problema é muito mais de preço e qualidade do que de oferta e os manifestantes deixaram isso claro. Tanto que era comum a existência de cartazes criticando os gastos com a Copa do Mundo para montar estádios de “padrão FIFA”, enquanto educação, saúde e transporte estão longe desse padrão aceitável de qualidade²⁰. A população acredita que os gastos para a realização da Copa do Mundo são excessivos, e que houve desvios de verbas, mas não é contra o Brasil sediar a Copa do Mundo.

Numa aparente contradição, se reivindica maiores gastos do governo e, ao mesmo tempo, que não haja aumento de impostos. Essa postura pode ser interpretada de duas formas, como o justo desejo de maior eficiência no gasto público –algo difícil de ser conseguido no curto prazo– ou o que muitos temem (Mesquita, 2013), a abertura de espaço para políticas populistas, em que gastos públicos excessivos acabariam por gerar inflação e/ou um aumento excessivo da dívida pública.

20 <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/10/pesquisa-revela-o-que-o-brasileiro-espera-da-copa-do-mundo-de-2014.html> e <http://esportes.r7.com/futebol/copa-das-confederacoes-2013/pesquisa-mostra-que-71-da-populacao-diz-acreditar-em-desvio-de-verba-nas-obras-da-copa-do-mundo-10062013> Acesso 30 de novembro de 2013.

Não há dúvida de que a opinião pública está do lado dos manifestantes, vide, por exemplo, a pesquisa CNI/IBOPE em julho de 2013 (Gráfico N.º 6). A mesma pesquisa mostra também que a identidade entre os manifestantes e opinião pública não é total. O maior contraste é com relação ao tema transporte/mobilidade urbana que fica em oitavo lugar como prioridade e foi deflagrador da mobilização²¹. Há preocupação com salários (sexto lugar) e inflação (oitavo lugar, empatado com transporte e geração de empregos). Já reforma agrária aparece em último lugar. Mas não há dúvida que os primeiros lugares no ranking (educação, saúde, segurança pública, corrupção) em linhas gerais²² correspondem às bandeiras do movimento.

Esse ranking representa um Brasil de classe-média. Salário e emprego não estão entre as cinco maiores prioridades. Políticas de combate à fome e miséria estão bem longe disso. Saneamento básico, acesso à água e energia elétrica estão entre os itens de mais baixa prioridade, mesmo com o acesso ao saneamento básico estando longe de ser universal. Os cinco primeiros itens (saúde, educação, segurança/violência, drogas e corrupção), tem uma importância muito maior que os demais. Portanto, a demanda é claramente de serviços públicos, que deveriam ser prioridade do governo (Tabela N.º 1).

Na relação de prioridades do governo federal, segundo a pesquisa citada, chama atenção o ganho de importância da redução de impostos. Esse item está logo acima de aumentar o salário mínimo e controlar a inflação. Essas três prioridades são de difícil conciliação, em especial se agregada com a redução de gasto público (nona prioridade). Como é sabido, no Brasil um gasto público de muito peso é com a previdência social que está fortemente atrelado ao valor do salário mínimo.

O governo não tem atendido a essas demandas como se nota no Gráfico N.º 5. É interessante notar que serviços básicos, como fornecimento

21 Deve-se levar em conta, que em parte isso se deve ao fato da pesquisa investigar problemas brasileiros e não especificamente urbanos. Em MMA (2012) é investigado quais são os principais problemas da cidade nesse caso transporte coletivo aparece em quinto lugar, abaixo de saúde, violência, desemprego e educação.

22 Estamos considerando que tema “drogas” está associado ao de “segurança pública”. Mas é importante destacar que o movimento das ruas era mais voltado para a questão da violência policial nas passeatas principalmente, do que para violência em geral.

de energia elétrica, fornecimento de água e limpeza urbana são relativamente bem avaliados. Transporte público aqui se destaca por ter a terceira pior avaliação, abaixo de segurança pública e saúde e logo acima de ensino fundamental e médio. Em suma, em linhas gerais os dados da pesquisa CNI/IBOPE mostram que o que a população considera importante e que deveria ser prioridade do governo, são alguns dos serviços públicos que são oferecidos e que são considerados de baixa qualidade. Portanto, há coerência entre esses dados e a baixa popularidade do governo.

Analisando a série histórica²³ (Tabela N.º 2) nota-se que os quatro principais problemas do Brasil são os mesmos de 1997 a 2012 (saúde/hospitais; violência/criminalidade, desemprego e educação), com pequenas mudanças no ranking. O tema violência/criminalidade tem ganhado importância passando de 54%, em 1997, para 65%, em 2012. Desemprego, depois de um leve crescimento de 1997 para 2001, caiu em 2006 e isso se acentua em 2012. Esse resultado é coerente com a queda dos índices de desemprego. Saúde/hospitais caiu significativamente de 1997 (59%) a 2006 (38%), tendo, em seguida, forte crescimento de importância, passando para 81% em 2012. Educação, exceto por uma queda em 2006, tem ganhado relevância. Tirando o tema desemprego, os resultados são coerentes com as reivindicações das manifestações de junho/julho 2013.

Embora bem abaixo no ranking, cabe destacar a perda de peso do tema distribuição de renda, que passa de 18%, em 2006, para 8%, em 2012. O que também está coerente com a melhora da distribuição da renda no período. Já reforma agrária que tem importância quase nula –só 1%– teve algum destaque nas manifestações, talvez por ser uma bandeira tradicional da esquerda.

Mas se os problemas são mais ou menos os mesmos há bastante tempo, e não foram solucionados exceto, até certo ponto, o desemprego²⁴ –por que só agora, em 2013, ocorreram as passeatas? Não é possível responder a essa

23 Como a série da CNI/IBOPE é pouco extensa, optamos por usar a da pesquisa “O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente” do Ministério do Meio Ambiente.

24 Há dúvidas sobre a sustentação das baixas taxas de desemprego se a economia continuar com baixo crescimento.

pergunta de forma taxativa. Nossa hipótese é que agora, depois de anos de crescimento de renda, a população está mais exigente.

A importância do tema meio ambiente para a população

Tendo como base a série da pesquisa “O que o brasileiro pensa do meio ambiente” observamos que o tema meio ambiente nunca teve grande destaque entre os grandes problemas nacionais. Sua melhor posição no ranking foi em 2012, onde ficou na sexta posição com 13%. Mas esse resultado foi muito influenciado pelo fato de 2012 ter sido o ano do encontro Rio+20, o que colocou o tema meio ambiente na ordem do dia no Brasil. Nos anos anteriores meio ambiente ficou com 5% das preferências ficando, portanto, nas últimas posições no ranking.

Qual seria a explicação dessa colocação? Não seria de se esperar que, a medida que a sociedade se enriquece, a preocupação com qualidade de vida e, portanto, com meio ambiente aumente²⁵? E por que isso não acontece? Acreditamos que a explicação, pelo menos em parte, está no que a população entende por principais problemas ambientais do Brasil. Segundo a pesquisa citada (Gráfico N.º 6) o principal problema ambiental é desmatamento de florestas (67%), seguido de poluição dos rios, lagos e outras fontes de água (47%), poluição do ar (36%), aumento do volume de lixo (28%). Os demais problemas levantados ficam com índices muito baixos, iguais ou inferiores a 10%. O problema citado com maior frequência não é visto como tipicamente urbano. O problema do desmatamento é fortemente associado à Amazônia, que fica distante dos centros urbanos e onde poucos brasileiros residem. Uma evidência disso é que quando, na mesma pesquisa, se indaga sobre disposição em contribuir com dinheiro para proteger biomas ameaçados, 51% contribuiriam para a Amazônia, contra 19% para a Mata Atlântica, bioma que abrange os dois principais centros urbanos do país (Rio de Janeiro e São Paulo).

25 Esse é um dos argumentos dos defensores da curva ambiental de Kuznets “as nations or regions experience greater prosperity, their citizens demand that more attention be paid to the non-economic aspects of their living conditions” (Grossman e Krueger, 1994: 19).

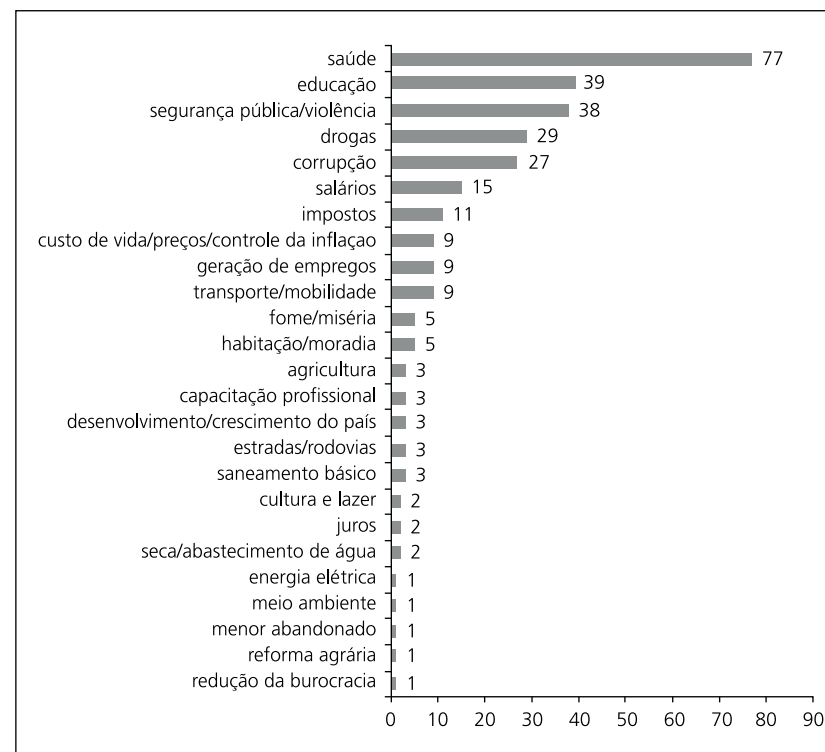
Ou seja, o brasileiro associa “meio ambiente”, num primeiro momento, principalmente a florestas, em especial à Amazônia, não se fixando em problemas ambientais que poderiam afetá-lo de forma mais direta, problemas ambientais típicos das grandes cidades, onde reside a parcela mais numerosa da população, justamente a que tem mais acesso à informação.

Outra evidência nesse sentido é que quando o tema trata dos principais problemas ambientais na cidade –que é onde vive a maior parte da população do país– o item mais mencionado é aumento do volume de lixo (47%), seguido de poluição dos rios, lagoas e outras fontes de água (34%), poluição do ar (30%) e, em quarto lugar, desmatamento de florestas (23%). Note-se que nenhum problema urbano superou a marca de 50%, o que mostra uma divisão da opinião pública. Não há nenhum problema urbano que seja claramente o mais importante para mais da metade dos pesquisados, o que enfraquece o peso dos problemas ambientais urbanos.

Em suma, a baixa importância que tem o tema ambiental no ranking de problemas nacionais²⁶ se deve, em princípio, a dois fatos: meio ambiente é associado a Amazônia, que fica distante, e não é um problema urbano; não há nenhum problema urbano de forte destaque frente aos demais.

26 Estamos nos referindo aqui à baixa importância direta, pois avanços na saúde, educação, menor desemprego e violência e melhores políticos têm implicações ambientais.

Gráfico N.º 6
Principais problemas do Brasil
Percentual de respostas (%)



Nota: Respostas múltiplas, cada entrevistado selecionou, entre as opções, os três principais problemas do Brasil.
Fonte: Pesquisa CNI-IBOPE, Julho 2013.

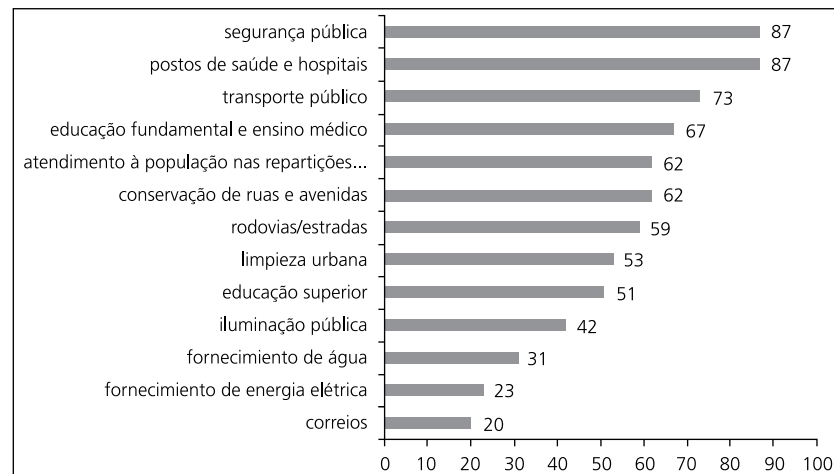
Tabela N.º 1
Prioridades do Governo Federal
Percentual de respostas (%)

Prioridades para o governo federal	%
Melhorar os serviços de saúde	58
Combater a violência e a criminalidade	32
Combate a corrupção	28
Melhorar a qualidade da educação	27
Reduzir impostos	24
Aumentar o salário mínimo	21
Controlar a inflação	21
Aumentar o combate às drogas	19
Reduzir os gastos públicos	15
Promover a geração de empregos	13
Ampliar os programas de combate à pobreza	9
Ampliar os programas de habitação/moradia	7
Ampliar programas sociais como o bolsa família	5
Promover mais investimentos em transporte urbano	4
Promover a reforma política	3
Reduzir a burocracia	3
Aumentar investimento em estradas e rodovias	2
Ampliar as linhas de crédito para pequenos negócios	2
Promover programas de saneamento básico	2
Investir na ampliação da produção de energia	1
Aumentar os investimentos nas obras da Copa do Mundo	1
Promover políticas de proteção ao meio ambiente	1

Nota: Respostas múltiplas, cada entrevistado selecionou, entre as opções, os três principais prioridades.

Fonte: Pesquisa CNI-IBOPE, Julho 2013.

Gráfico N.º 7
Qualidade do serviço público- muito baixa ou baixa
Percentual de respostas (%)



Nota: Respostas múltiplas.

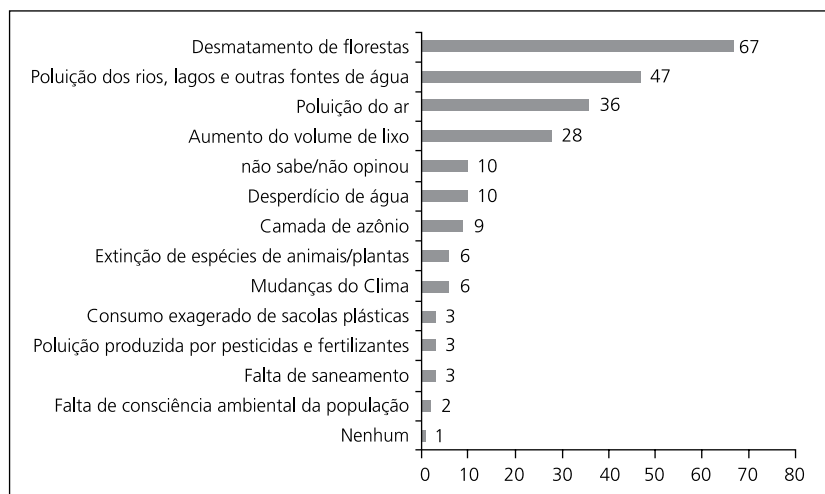
Fonte: Pesquisa CNI-IBOPE, Julho 2013.

Tabela N.º 2
Principais problemas do Brasil

Principais problemas do Brasil	1997	2001	2006	2012
Saúde/hospitais	59	48	38	81
Violência/criminalidade	54	55	57	65
Desemprego	63	66	58	34
Educação	25	28	24	32
Políticos	12	20	27	23
Meio ambiente	5	4	6	13
Moradia	15	13	15	11
Falta de fé	11	10	12	8
Distribuição de renda	9	12	18	8
Custo de vida	21	14	15	7
Falta de ética	3	4	7	5
Inflação/control de preços	4	8	10	3
Reforma agrária	7	3	4	1
Dívida externa	5	3	2	1
Não respondeu	1	1	1	2

Fonte: Pesquisa "O que o brasileiro pensa do meio ambiente" 1997, 2001, 2006, 2012.

Gráfico N.º 8
Principais problemas ambientais do Brasil



Fonte: Pesquisa "O que o brasileiro pensa do meio ambiente" 2012.

Por que é tão difícil avançar nas políticas públicas da área social?

“(Segundo) os economistas do governo,...., a economia vai mal, mas o povo vai bem”
Edmar Bacha (2013)

A resposta a essa pergunta envolve analisar o padrão de crescimento da economia brasileira bem como as principais políticas públicas na área social. É um assunto vasto e por isso vamos nos restringir aqui a discutir o primeiro tema e as políticas de combate à pobreza, educação, e saúde, todas de forma bastante introdutória, destacando apenas os pontos mais importantes. Os temas educação e saúde foram escolhidos pela sua posição no topo do ranking dos problemas nacionais. Já o combate a pobreza é a política de maior visibilidade e prestígio do governo.

Um padrão de crescimento em cheque

Quando uma economia não cresce ou cresce pouco, os recursos disponíveis para políticas sociais ficam restritos. A economia brasileira se recuperou com relativa rapidez do impacto da crise financeira de 2008/09²⁷, mas pouco depois disso perdeu dinamismo. A indústria, setor de grande influência na dinâmica do PIB, está praticamente estagnada desde 2010 (Gráfico N.º 9). Isso ocorre, paradoxalmente, apesar do grande crescimento do consumo das famílias a partir de 2009 (Gráfico N.º 10). Há vários fatores explicativos, que em boa medida se complementam. Abordaremos a seguir, de forma não extensiva, os principais: dos mais gerais para os mais específicos.

Em termos de sua trajetória de desenvolvimento, o Brasil estaria numa situação de “*armadilha da renda média*”. Segundo essa tese, que vem sendo sugerida por economistas do Banco Mundial, vários países perderiam dinamismo ao atingir renda per capita entre \$10 000 e \$16 000 (dólar ppc 2005)²⁸. Essa desaceleração seria fruto principalmente do menor crescimento da produtividade total dos fatores, provocado pelo fim da oferta elástica da mão-de-obra vinda do campo para cidade, de baixo custo, empregada em indústrias intensivas em trabalho. Com isso, a competitividade desses setores e, portanto do país, ficaria comprometida (Agénor, Canuto e Jelenic, 2012). Outros fatores seriam a perda de importância do investimento na demanda agregada, e ganho de peso do consumo de bens de maior elasticidade renda e o fim da diversificação da estrutura industrial, que caminharia agora para uma maior especialização após a fase de rápida expansão (Kupfer, 2013).

Outra explicação estaria relacionada ao *fim do boom das commodities*. Essa linha argumentativa foi muito bem sintetizada por Mendes (2013a; 2013b; 2013c)²⁹. O *boom* no mercado internacional de commodities se

27 A rigor a crise financeira ainda não terminou, mas seu período auge foi em 2008-2009.

28 Kupfer (2013) há uma vasta literatura sobre esse tema que não pretendemos aqui explorar, pois foge aos nossos objetivos. O texto de Eichengreen, Park e Shin (2013) é uma referência nessa discussão.

29 Outras referências importantes nessa linha de argumentação são Ferreira et al. (2013), Lustig et al. (2011; 2013). Segundo esses autores a associação entre boom de commodities e queda da desigualdade valeria para boa parte da América Latina.

iniciou em 2002/2003. Como consequência da entrada de um grande montante de divisas vindas das exportações, veio a valorização do dólar frente ao Real. Isso barateou as importações, contribuindo para o controle da inflação e contenção dos preços dos produtos transacionáveis no mercado internacional (setor industrial) que competem com as importações. Os bancos com mais recursos, em função dos depósitos dos exportadores, aumentaram empréstimos tanto a produção quanto ao consumo³⁰. Como consequência, aumentou a renda, o consumo e a produção dos setores que produzem bens não transacionáveis (comércio e serviços), que não sofrem limitações para aumento de preços. Esse último setor é intensivo em mão de obra com menor qualificação, o que contribui para a queda do desemprego, aumento da renda e diminuição das desigualdades sociais. Foi o aumento das remunerações no mercado de trabalho o principal fator explicativo para a queda no índice de Gini (IPEA, 2013) e não o programa Bolsa Família³¹. Ocorre que o *boom* das commodities terminou e como reflexo disso, o mercado de trabalho contribuiu negativamente para a evolução índice de Gini de 2011 a 2012 (IPEA, 2013).

O Brasil vive hoje uma situação paradoxal. O PIB cresce pouco mas o desemprego é muito baixo. A explicação desse paradoxo é que o setor terciário, o de maior peso no PIB e o mais intensivo na geração de emprego, nunca deixou de crescer. Outro motivo para o baixo desemprego é que menos jovens pressionam o mercado de trabalho e é exatamente entre os jovens que o desemprego é tradicionalmente maior. Com a queda da taxa de natalidade, há menos jovens e uma parcela crescente deles opta por se dedicar exclusivamente aos estudos, postergando sua entrada no mercado de trabalho. Como o desemprego é baixo, os salários crescem, o que pressiona os custos das empresas mas também gera mais consumo.

Existem também fatores específicos relativos à *política econômica adotada* nos Governos Lula e Dilma. Segundo autores mais ligados ao pensa-

30 Mendes faz a ligação entre a ligação entre aumento de exportações e crescimento da economia apenas via empréstimos bancários. Consideramos que a questão da valorização cambial é muito importante nesse processo no caso do Brasil.

31 O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Vide <http://www.mds.gov.br/bolsa-familia>

mento (neo)liberal³², a partir das medidas adotadas para combater os impactos da crise financeira internacional na economia brasileira, no segundo governo Lula, ficou fragilizado o tripé econômico, instituído pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que era a base da política econômica desde o fim do Plano Real em 1999, que consistia em câmbio flutuante, meta de superávit primário das contas públicas e metas inflacionárias. Passou a haver fortes estímulos ao consumo, com redução de impostos, intervenções no mercado de câmbio para conter a valorização, e o Banco Central passou a resistir a elevar os juros, pois passou a se preocupar principalmente com o teto da meta inflacionária.

Já boa parte dos autores da linha keynesiana, também chamados desenvolvimentistas³³ destacam que a política adotada, ao permitir a valorização cambial, promoveu a desindustrialização, fragilizando o setor dinâmico da economia e, portanto, o crescimento econômico. Defendem, assim a desvalorização cambial para fortalecer a indústria e o setor exportador. Mas essa posição não é unânime. Dentro dessa corrente, parte dos desenvolvimentistas teme que a desvalorização cambial tenha impactos negativos sobre a inflação e defendem o câmbio valorizado e uma economia voltada para o mercado interno³⁴. Em suma, economistas de diferentes correntes, e com diferentes argumentações, criticam a política econômica adotada, que consideram responsável pelo baixo crescimento. A isto se somam críticas antigas quanto às deficiências da infraestrutura do país e de suas instituições.

A partir de 2011 as políticas de estímulo ao consumo se mostram crescentemente ineficazes –vide o distanciamento das curvas do consumo e do PIB a partir de 2011 (Gráfico N.º 10)– bem como as desoneração fiscal a setores selecionados, e o incremento do produto perde dinamismo.

É importante destacar que a política de estímulos ao consumo e combate a inflação tiveram implicações ambientais negativas. Um dos setores

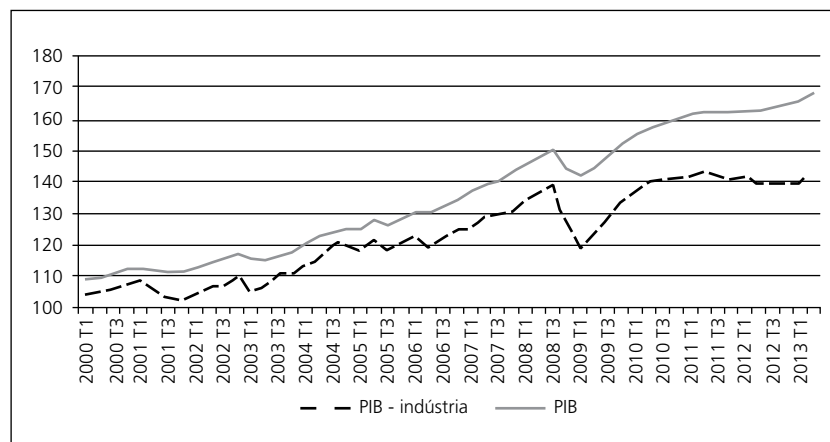
32 Em Ferreira e Fragelli (2013) há uma síntese da argumentação dos economistas dessa linha de pensamento.

33 Vide por exemplo Dossiê da Crise IV da Associação Keynesiana Brasileira (2013).

34 Sobre essa polêmica entre os desenvolvimentistas vide “A estratégia de crescimento divide heterodoxos” matéria do *Valor Econômico* de 24 de outubro de 2013.

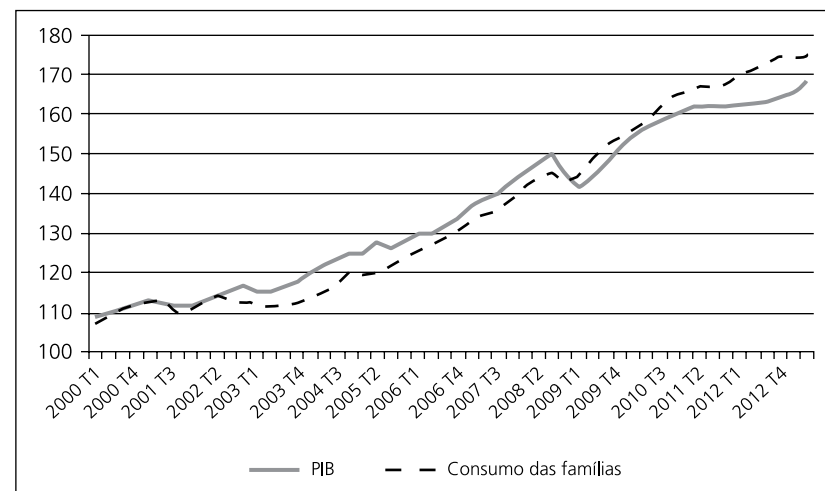
mais estimulados com isenções temporárias de impostos foi o automobilístico, cujo aumento de produção contribuiu para mais congestionamentos e poluição. O transporte individual é privilegiado, não o transporte de massa. O preço da gasolina foi contido, não acompanhando a cotação internacional do petróleo, para não impactar na inflação. Com isso diminuiu a distância entre o preço da gasolina e do álcool, desestimulando o uso do álcool, que é menos poluente.

Gráfico N.º 9
 PIB e PIB-indústria
 Índice trimestral de base fixa com ajuste sazonal
 Base média: 1995=100 (2000-2013)



Fonte: IBGE-Contas Nacionais.

Gráfico N.º 10
 PIB e Consumo das famílias
 Índice trimestral de base fixa com ajuste sazonal
 Base média: 1995=100 (2000-2013)



Fonte: IBGE-Contas Nacionais.

Os limites da política social

Cerca de 40% da queda da desigualdade deve-se a políticas governamentais, ou seja, por ordem de importância: benefícios da Previdência vinculados ao salário mínimo, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC). O Bolsa Família é a mais eficiente pois, com baixo custo atinge diretamente os mais necessitados. Já Previdência, principalmente, e BPC estão vinculados ao valor do salário mínimo e pesam nas contas públicas além de não serem focados nos pobres. O programa Bolsa Família já atingiu seu público e não tem mais como crescer (Medeiros, 2013). Será difícil nos próximos anos mais gastos com Previdência e BPC devido às contas públicas.

Na área de educação a situação é similar, já que há pouco espaço para ampliar quantitativamente a oferta de vagas de primeiro e segundo graus, pois a escolaridade da população cresce muito lentamente apesar da eleva-

da taxa de frequência bruta à escola³⁵ que pouco se alterou nos últimos dez anos. Para crianças de 6 a 14 anos a taxa de frequência passou de 95,3%, em 2001, para 98,2%, em 2011. Para jovens de 15 a 17 anos passou de 81,1% para 83,7% respectivamente (IBGE, 2012a). “A escolaridade aumentou lentamente de 2001 a 2011, passando de 6 para 7,4 anos de estudo completos, em média, para a população de 25 anos ou mais de idade. Essa tendência reflete a baixa probabilidade de incremento da escolaridade a partir dos 25 anos de idade” (IBGE, 2012a: 118).

Mas há amplo espaço para melhorar a qualidade do ensino, vide resultados do PISA³⁶ e SAEB³⁷ de 2009. No PISA, onde o Brasil se destaca por estar entre as piores posições no ranking, em 65 países o Brasil ficou em 53º lugar em leitura, 54º em ciências e 58º em matemática (OECD, 2010), embora tendo havido avanços³⁸. O atraso do Brasil em matéria de educação fica ainda mais nítido quando se verifica que só 16,9% dos alunos das 8^{as} e 9^{as} séries do primeiro grau têm o desempenho mínimo para a idade em matemática. No último ano do segundo grau esse percentual piora, caindo para 10,3%³⁹.

Mas há outros problemas a serem enfrentados. Há atualmente fortes estímulos para o jovem abandonar os estudos e entrar no mercado de trabalho. São vários os motivos. Com a massificação do ensino do primeiro grau e em menor medida do segundo grau, diminuíram os ganhos salariais advindos da maior escolaridade. Em menor medida o mesmo vale para o ensino superior que, além disso, é caro, por ser oferecido principalmente por universidades particulares. Com o desemprego baixo, o crescimento dos salários torna o mercado de trabalho atrativo, em especial a partir dos 18 anos de idade quando muitos jovens, em função da repetência, ainda

35 “Taxa de frequência bruta é a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária” (IBGE, 2013a).

36 Programme for International Student Assessment (PISA) é uma pesquisa trienal aplicada pela OCDE que avalia para um conjunto de países as habilidades e conhecimentos de alunos com 15 anos de idade. <http://www.oecd.org/pisa/aboutpisa/>

37 Sobre o Sistema de Avaliação da Educação básica (SAEB) vide <http://provabrasil.inep.gov.br/>

38 “Brazil, Chile, Mexico and Turkey are among the countries with impressive gains from very low levels of performance” (OECD, 2010: 4).

39 Desempenho mínimo por série definido pela ONG Todos pela educação com base em dados do SAEB. <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/brasil/>

estão no 2º grau. Segundo a PNAD 2011, cerca de 50% dos jovens com 18 anos de idade não estão estudando e essa proporção aumenta com a idade. Portanto, numa perspectiva de curto prazo, o custo de oportunidade de se dedicar apenas ao estudo é crescente.

Portanto, há razão para a população estar insatisfeita com a qualidade da educação. Não basta o jovem frequentar a escola é preciso que ele complete o 2º grau e tenha uma proficiência mínima, o que não ocorre. Não faz sentido construir escolas, pois essas inevitavelmente vão diminuir em número, dada a queda da população de crianças e jovens. É preciso redirecionar a política e, por exemplo, investir na qualificação de professores e elevar seus salários. O Brasil gastava em educação, no ano de 2011, cerca de 5,4% do PIB, proporção similar a média dos países da OECD, portanto, está longe de gastar pouco. O gasto tem aumentado ao longo dos anos, depois de ficar estável, em torno de 4,0% do PIB de 2000 a 2005 (*Folha de São Paulo*, 2013).

No Brasil com a Constituição de 1988, o acesso à saúde passa ser universal. Até então só tinham direito à saúde pública os trabalhadores do setor formal que contribuía para a Previdência Social. Nessa época é criado o Sistema Único de Saúde (SUS). Na área de *saúde*, os indicadores quantitativos básicos têm evoluído favoravelmente: a mortalidade infantil está em queda, bem como o número de postos médicos por habitantes. A expectativa de vida cresce, bem como o número de leitos por habitantes (IBGE, 2012b). O gasto per capita em saúde (total e público) do Brasil é similar ao dos países com PNB per capita similar (Médici, 2011). Mas o acesso ao SUS não é na prática universal e a qualidade do atendimento deixa a desejar pois há três sérios desequilíbrios inter-relacionados que persistem: entre setor público e privado, entre classes sociais e entre regiões. No Brasil, as famílias respondem por 45,3% das despesas de consumo final com saúde, contra 53,1% do governo e 1,6% de Instituições sem fins lucrativos (IBGE, 2012c). A população gasta cada vez mais em saúde e esse é um gasto regressivo, portanto, proporcionalmente maior entre os mais pobres (Médici, 2011). Tanto no setor privado (e em especial) quanto no público há falta de médicos. O Brasil tem 1,8 médico por mil habitantes contra 3,2 da Argentina, e estão muito concentrados nos grandes centros urbanos. A relação médico por mil habitantes é de 3,6 no estado do Rio de Janeiro, que é rico e urbanizado,

contra 0,68 no estado do Maranhão, um dos mais pobres do país e que fica na região Nordeste (CFM, 2011). Não é por acaso que no Rio de Janeiro 36,6% da população tenha plano de saúde particular, contra 6,6% no Maranhão, sendo 24,7% a média nacional (IBGE, 2013c). Para cada mil usuários de planos de saúde existem 7,6 postos de trabalho médico⁴⁰ ocupados. Essa mesma relação para usuários exclusivos do SUS cai para 1,95 (CFM, 2011). Como consequência do peso do setor privado e da concentração dos empregos nas regiões mais desenvolvidas, os salários dos médicos são muito elevados e o desemprego mínimo, como mostra uma recente pesquisa do IPEA (Pessoa, 2013), apesar do número de graduados em medicina ter quase dobrado em dez anos (Medeiros, 2013). Portanto, não é de se espantar que o levantamento CNT/MDA mostre que 41% da população consideram ruim ou péssimo o sistema público de saúde e apenas 6,5% tenha essa avaliação sobre o setor privado de saúde. A situação é grave, pois 62,4% da população utiliza exclusivamente o setor público de saúde.

Carga tributária

“ O Brasil tem impostos de padrão inglês
e serviços públicos à lá Gana”
Edmar Bacha (2013)

Para implementar políticas públicas é necessário ter recursos. O que foi reivindicado nas manifestações é que o governo amplie suas políticas públicas mas sem aumentar sua carga tributária. Há espaço para isso? A carga tributária bruta do Brasil era 35,91% em 2007, no mesmo nível do Reino Unido (35,38%). O Brasil tem uma carga tributária elevada para seu grau de desenvolvimento (PIB per capita em dólar ppp) (Ribeiro, 2005). A principal fonte da arrecadação são os impostos sobre consumo, o que contribui para a carga tributária seja regressiva (CDES, 2010). Nos EUA

40 Usa-se aqui o termo número de posto de trabalho e não número de médicos, porque um mesmo médico pode trabalhar para diferentes empregadores. Por exemplo, pode trabalhar no setor público e no setor privado.

e Reino Unido, por exemplo, os impostos incidem principalmente sobre a renda (Ribeiro, 2005). Portanto, realmente há pouco espaço para aumentar a carga tributária e os manifestantes têm razão.

Para se trabalhar dentro dos recursos orçamentários existentes, a grande dificuldade é a maioria desses recursos (quase 90%) já tem destinação obrigatória. São obrigatórios as despesas “com transferências a estados e municípios, pessoal e encargos, benefícios previdenciários, abono e seguro-desemprego, Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) [...], subsídios e subvenções e com o Sistema Único de Saúde (SUS)” (Lima, 2010: 7). Parte dessas despesas obrigatórias são gastos sociais – ex: com SUS. Mas qualquer aumento nesses gastos obrigatórios vai limitar ainda mais a margem de manobra do governo com gastos discricionários (cerca de 10%).

Não havendo uma reforma tributária ou mudanças na Constituição, para avançar nas políticas sociais é necessário, sobretudo, ser mais eficiente, fazer mais com menos. Isso envolve combater a corrupção, o desperdício, o empreguismo etc. Não é um caminho fácil.

Bem-estar e renda

O tema bem-estar/qualidade de vida é complexo e várias abordagens são possíveis⁴¹. Vamos aqui nos ater apenas a alguns aspectos dessa temática relacionados a renda e políticas sociais baseados em NEF (2012)⁴².

Vários estudos mostram que renda está positivamente relacionada com qualidade de vida e felicidade subjetiva⁴³, embora esteja sujeita a rendimentos decrescentes⁴⁴. Portanto, ao se atingir níveis de renda elevados, acréscimos de bem-estar se tornam mais difíceis de serem obtidos. Há evidências, embora não de todo conclusivas, de que existe uma correlação negativa

41 Uma boa resenha sobre esse tema está presente em Stiglitz, J. Sen, A. Fitoussi, J. (org) (2009).

42 New Economics Foundation (NEF) <http://www.neweconomics.org/>

43 A felicidade subjetiva é investigada por pesquisas de percepção.

44 Para uma resenha sobre esse tema vide NEF (2012), em especial a discussão sobre o chamado “paradoxo de Easterlin”, segundo o qual não haveria acréscimo de felicidade subjetiva a partir de determinado nível de renda, o que pesquisas posteriores mostraram não ser verdade.

entre desigualdade e felicidade subjetiva (NEF, 2012). De forma mais nítida a renda relativa afeta o bem-estar. Desemprego tem forte associação negativa com bem-estar, e gastos públicos e benefícios sociais tem associação positiva. As evidências são no sentido de que a partir de certo nível de renda o aumento do bem-estar está associado principalmente à qualidade de vida (Resende, 2013).

O IPEA calcula um indicador de Bem-Estar Social, com base na proposta de Sen (1992). O indicador é um ajuste do crescimento da renda pela evolução da desigualdade⁴⁵. Como a renda das famílias tem crescido e ao mesmo tempo se tornado menos desigual, esse indicador tem tido um crescimento quase exponencial no Brasil a partir de 2004.

Em suma, a população brasileira deveria estar satisfeita por estar passando por momento de aumento e não queda de bem-estar devido a diminuição do desemprego e da desigualdade e aumento da renda. Mas as indicações são no sentido de que a diminuição do desemprego e da desigualdade não gerou acomodação pelo aumento do bem-estar, ao contrário reforçou a insatisfação com demandas antigas não atendidas na área de políticas públicas.

Comentários finais

“Os acontecimentos de junho deflagraram um novo ciclo de lutas sociais no Brasil”.

André Singer (2013)

“O governo tem conseguido dar respostas à essência das demandas de junho, relacionadas aos serviços públicos de transporte, educação e saúde”.

Marcus Ianoni⁴⁶

45 A função de bem-estar “multiplica a renda média pela medida de equidade, dada por 1 menos o índice de Gini,..... Logo a desigualdade funciona como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível médio de renda” (IPEA, 2013: 13).

46 Declaração feita ao jornal *Valor Econômico* (9 setembro 2013).

Já em julho as manifestações começam a perder força. Contribuiu muito para isso o fato do final das manifestações se tornarem mais violentas, devido à presença do grupo anarquista Black Bloc (*Valor Econômico*, 9 setembro 2013). Outro fator foram algumas iniciativas do governo em dar resposta a algumas das reivindicações. Muitas iniciativas do Governo Dilma acabaram não sendo implementadas por motivos vários (ex: Constituinte), mas o programa Mais Médicos⁴⁷ foi implementado, e teve muito destaque na mídia e apoio popular⁴⁸.

Essas mudanças repercutiram na área político-eleitoral. A reeleição de Dilma estava em julho seriamente ameaçada com a subida das intenções de voto na candidata Marina Silva (ex-ministra do Meio Ambiente) da Rede de Sustentabilidade, partido que tentava se viabilizar. Ao longo do segundo semestre cai a popularidade de Marina e sobe a de Dilma⁴⁹. Marina não consegue formalizar a criação de seu partido e passa a integrar o Partido Socialista Brasileiro. Em novembro, uma pesquisa do jornal *Folha de São Paulo*, indica que Dilma Rousseff se elegeria em primeiro turno contra seus principais candidatos—Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB)—se as eleições fossem realizadas esse mês⁵⁰.

Tudo vai voltar ao que era antes e as manifestações serão esquecidas ou vai se iniciar um novo ciclo de manifestações em breve? É muito cedo para saber. Mas não há dúvida que as manifestações foram um sinal de alerta. O aviso foi dado, o povo e a classe média, em especial, estão mais exigentes e querem uma nova agenda de políticas públicas. Uma evidência disso é que a popularidade de Dilma subiu, mas, paradoxalmente, a de suas políticas não. A desaprovação da atuação do governo na área de educação aumenta para 65%, em setembro, contra 51%, em julho. O mesmo ocorre nas áreas

47 O programa foi lançado em 8 de julho de 2013 e abriu cerca de 10 mil vagas para médicos em regiões carentes. Os médicos selecionados, boa parte estrangeiros vindos de Cuba, não precisaram fazer exames para revalidar o diploma, o que foi questionado pelas entidades médicas do Brasil (Medeiros, 2013).

48 Segundo pesquisa da CMT/MDA em setembro 73,9% da população apoiava a contratação de médicos estrangeiros (*Valor Econômico*, 11 setembro 2013).

49 A pesquisa CNI/IBOPE de setembro mostra que “A presidente Dilma voltou a contar com a aprovação de mais da metade da população. O percentual dos que aprovam sua maneira de governar subiu de 45%, em julho, para 54%, em setembro.” CNI (2013f).

50 *Valor Econômico*, “Dilma venceria no 1º turno, diz novo Datafolha”. 30 de novembro de 2013.

de saúde (77% de desaprovação, em setembro, contra em 66%, em julho), segurança pública, e mesmo no combate a pobreza (desaprovação sobe de 38% para 47%). Nas áreas de meio ambiente e combate ao desemprego, a maioria da população, pela primeira vez desde 2011, majoritariamente desaprova a atuação do governo.

O que as manifestações nos mostraram quanto políticas públicas, bem-estar e meio ambiente? Em primeiro lugar, que a população já tem algumas de suas necessidades básicas atendidas, e atingiu uma renda mínima que permite sua inserção no mercado de consumo e agora quer melhores políticas públicas para educação, saúde, transporte etc. Em suma, um estado de bem-estar mais bem estruturado. A demanda social, em boa medida, deixou de ser renda e passou a ser bem-estar. Portanto, há necessidade de outras políticas públicas.

Em segundo lugar as manifestações colocaram em cheque várias políticas sociais do governo, mostrando que várias políticas públicas são insatisfatórias e algumas têm muita dificuldade de avançar. Seja porque já se avançou muito e agora as condições econômicas não são mais favoráveis (ex: desigualdade de renda); seja porque se “bateu no teto” e não há muito como ir adiante (ex: Bolsa Família, acesso à água, luz, telefone), seja por que já se passou pela etapa inicial mais fácil e os desafios agora são maiores (ex: educação e saúde). Como disse o economista Edmar Bacha, “Combater a pobreza é mais fácil do que lidar com a oferta de serviços públicos de qualidade” (Fraga e Medeiros, 2013).

Na área de educação, já se passou da fase massificação do ensino fundamental, onde a prioridade era construir escolas e contratar professores. Agora é o momento de melhorar o ensino e expandir o ensino secundário e principalmente o universitário. Isso significa um gasto maior por aluno, em especial no terceiro grau. Mesmo levando em conta que o número de jovens já começou a diminuir, por conta das mudanças demográficas, o desafio é grande. Construir uma escola não tem muito segredo. Difícil é ter uma escola com ensino de qualidade, que motive o aluno a estudar e não a abandoná-la precocemente para ingressar no mercado de trabalho.

Na área de saúde, já se passou da fase de se universalizar a saúde pública. Isso foi feito, pelo menos nos grandes centros onde se concentra boa parte

da população. Agora é o momento de atingir o interior do país e melhorar o atendimento, que é mal avaliado pela população. Para isso é necessário ter mais médicos, cuja formação é demorada e cara. Mesmo abrindo-se mais escolas de medicina, o que tem sido feito, vai demorar muitos anos para se chegar num padrão satisfatório, dados os níveis de desequilíbrios entre regiões, classes sociais e setor público e privado.

Ainda há a questão de recursos para as políticas sociais. Há resistências da população (e também dos empresários) quanto a um possível aumento da carga tributária que é considerada elevada. Tornar o gasto público mais eficiente, combatendo a corrupção e ineficiência, não é tarefa trivial. O baixo crescimento econômico contribui para tornar ainda mais difícil o equacionamento desse problema.

O meio ambiente está presente só de forma indireta na pauta de reivindicações, pois a proteção ao meio ambiente não é vista como uma questão urbana. Mas não há dúvida que avanços em saúde, educação e transportes de massa terão impactos positivos sobre o meio ambiente.

Como colocou Gilberto de Carvalho, e economistas de diferentes correntes, o atual modelo econômico e de políticas públicas está desgastado, uma nova agenda de desenvolvimento é necessária. Essa nova agenda deverá ir além de temas, como inclusão social e distribuição de renda, e caminhar na direção da efetiva estruturação de um estado de bem-estar social.

Bibliografia

- Agénor, P., O. Canuto e M. Jelenic (2012). “Avoiding middle-income growth traps”. *Economic Premise* N.º 98. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTPREMNET/Resources/EP98.pdf>. Acesso em 24 de novembro de 2013.
- Associação Keynesiana Brasileira (2013). “Dossiê da Crise IV”. Disponível em: http://associacaokeynesiana.files.wordpress.com/2013/10/dossic3aa_economia_na_encruzilhada.pdf. Acesso em 23 de novembro de 2013.

- Bacha, E. (2013). “O Pibinho e a Pnadona”. *O Globo*, 8 de outubro.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- CEPAL (2012). “Panorama Social 2012”. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/48455/PanoramaSocial2012DocI-Rev.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2013.
- Confederação Nacional da Indústria (2013a). *Edição especial pesquisa CNI-IBOPE – Avaliação do Governo Dilma Rousseff, avaliação dos governos estaduais, manifestações populares; qualidade dos serviços públicos, tributação, disponibilidade e uso dos recursos públicos*. Rio de Janeiro: CNI. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/07/25/52/20130731165538474877o.pdf. Acesso em 3 de outubro de 2013.
- (2013b). “Índice Nacional de Expectativas do Consumidor (INEC)”, outubro 2013. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/10/31/57/20131031103651568700o.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2013.
- (2013c). “Índice Nacional de Expectativas do Consumidor (INEC)”, série histórica 2001-2013. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/10/31/57/20131031111247294214e.xls. Acesso em 10 de novembro de 2013.
- (2013d). “Índice de satisfação de vida”, série histórica 1999-2013. Disponível em http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/10/02/61/20131002102801728322a.xls acesso em 10 de novembro de 2013.
- (2013e). “Índice de medo do desemprego”, série histórica 1999-2013. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/10/02/61/20131002102817879761o.xls. Acesso em 10 de novembro de 2013.
- (2013f). Pesquisa CNI-IBOPE-Avaliação do Governo-setembro 2013. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/09/27/52/20130927111334238494o.pdf. Acesso em 25 de novembro de 2013.

- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2010). “Indicadores de iniquidade do sistema tributário brasileiro”. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/documento/2651756/indicadores-de-iniquidade-do-sistema-tributario-nacional-relatorio-de-observacao-n-2-032011-2010.html>. Acesso em 29 de novembro de 2013.
- Conselho Federal de Medicina-CFM (2011). *Demografia médica no Brasil. Vol. 1: Dados gerais e descrição de desigualdades*. CFM e CREMESP. Disponível em: <http://portal.cfm.org.br/images/stories/pdf/demografiamedicanobrasil.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2013.
- Costa, F. (2013). “Pelo emprego e crescimento do rendimento médio X baixo crescimento da renda nacional”. Disponível em: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2013/02/21/pleno-emprego-x-baixo-crescimento-da-renda-nacional/>. Acesso em 15 de novembro de 2013.
- Eichengreen, B, D. Park e K. Shin (2013). “Growth slowdowns redux: new evidence on the middle-income trap”. *NBER Working paper* N.º 18673. January 2013. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w18673.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2013.
- Felício, C. (2013). “Um espectro ronda a América Latina”. *Valor Econômico*, 29 de agosto.
- Ferreira, F.H.G., J. Messina, J. Rigolini, F.L. López-Calva, M.A. Lugo e R. Vakis (2013). *Economic mobility and the rise of Latin American Middle Class*. Banco Mundial. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/LACEXT/Resources/English_Report_midclass.pdf. Acesso em 23 de novembro de 2013.
- Ferreira, P. e R. Fragelli (2013). “Os desenvolvimentistas no poder”. *Valor Econômico*, 20 de novembro.
- Figueiredo, J. (2013). “Chile vai às urnas – Retorno à esquerda”. *O Globo*, 17 de novembro.
- Folha de São Paulo* (2013). “A pauta das ruas”. 7 de setembro.
- Folha de São Paulo* (2013). “Aprendendo a gostar”. 30 de junho.
- Folha de São Paulo* (2013). “A direção do PT está em pânico, diz historiador – suplemento ilustríssima”. 23 de junho.

- Fraga, E. e M. Medeiros (2013). “Erro de cálculo”. *Folha de São Paulo*, 23 de junho.
- Grossman, G. e A. Krueger (1994). “Economic growth and the environment”. *NBER working paper* N.º 4634.
- IBGE (2012a). “Síntese dos indicadores sociais 2012”. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2013.
- (2012b). “Indicadores de desenvolvimento sustentável”. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/2012/ids2012.pdf. Acesso em 29 de novembro de 2013.
- (2012c). “Conta Satélite de Saúde Brasil 2007-2009”. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/economia_saude/css_2007_2009/economia_saude.pdf. Acesso em 29 de novembro de 2013.
- (2013a). “PNAD 2012: Desocupação diminui, mas percentual de empregados com carteira assinada fica estável”. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2476&busca=1&t=pnad-2012-desocupacao-diminui-percentual-empregados-carteira-assinada-fica-estavel>. Acesso em 15 de novembro de 2013.
- (2013b). “Pesquisa nacional de amostra por domicílios 2012”. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2012/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2012.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2013.
- (2013c). “Síntese dos indicadores sociais 2013”. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf. Acesso em 29 de novembro de 2013.
- IPEA (2012). “A década inclusiva (2001-2011), desigualdade, pobreza e políticas de renda”. *Comunicado IPEA* N.º 155, 25 de setembro. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2013.

- (2013). “Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE”. *Comunicado IPEA* N.º 159, 1 de outubro. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicado159.pdf. Acesso em 17 de novembro de 2013.
- Kupfer, D. (2013). “Renda média: armadilha ou percalço”. *Valor Econômico*, 8 de abril.
- Lima, E. (2010). “Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil”. *IPA*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/56/66>. Acesso em 29 de novembro de 2013.
- Lustig, N., L.F. López-Calva e E. Ortiz-Juarez (2011). “The decline in inequality in Latin America: How much, since when and why”. *Tulane Economics working paper series* N.º 1118.
- (2013). “Deconstructing the decline of inequality in Latin America”. *Tulane Economics Working Paper Series* N.º 1314.
- Medeiros, T. (2013). “O governo anuncia mais médicos”. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/noticias/governo-anuncia-programa-mais-medicos/>. Acesso em 30 de novembro de 2013.
- Médici, A. (2011). “Propostas para melhorar a cobertura, e eficiência e a qualidade no setor saúde”. Em *Brasil: a nova agenda social*, E. Bacha e S. Schwartzman (Comps.). Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade / LTC editora.
- Melo, M. (2013). “O Governo é vítima de seu próprio sucesso?”. *Valor Econômico*, 24 de julho.
- Mendes, M. (2013a). “A desigualdade de renda parou de cair? Parte I”. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2013/10/a-desigualdade-de-renda-parou-de-cair-parte-i.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2013.
- (2013b). “A desigualdade de renda parou de cair? Parte II”. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2013/10/a-desigualdade-de-renda-parou-de-cair-parte-ii.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2013.
- (2013c). “A desigualdade de renda parou de cair? Parte III”. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2013/10/a-desigualdade-de-renda-parou-de-cair-parte-iii.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2013.

- content/uploads/2013/10/a-desigualdade-de-renda-parou-de-cair-parte-iii.pdf. Acesso em 23 de novembro de 2013.
- Mendes, M e A. Guimarães (2013). “Quanto custa um estádio de futebol? Ou: ainda temos tempo de economizar 42 Maracanãs”. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2013/06/quanto-custa-um-estadio-de-futebol.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2013.
- Menezes Filho, N. (2013). “As manifestações e o trabalho”. *Valor Econômico*, 19-21 de julho.
- Mesquita, M. (2013). “A marcha da irracionalidade”. *Folha de São Paulo*, 8 de agosto. Disponível para assinantes em: <http://www.valor.com.br/opiniao/3226162/marcha-da-irracionalidade#ixzz2bPgueeC8>. Acesso em 17 novembro de 2013.
- Ministério do Meio Ambiente – MMA (2012). “O que o brasileiro pensa do Meio Ambiente e do consumo sustentável”. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis?download=989:oque-o-brasileiro-pensa-do-meio-ambiente-e-do-consumo-sustentavel>. Acesso em 17 de novembro de 2013.
- Miterhof, M. (2013). “As manifestações e a economia”. *Folha de São Paulo*, 27 de junho.
- Murakawa, F. (2013). “Peru vai bem, mas avaliação de Humala vai cada vez pior”. *Valor Econômico*, 25 de julho.
- New Economic Foundation – NEF (2012). “Well-being evidence for policy: a review”. Disponível em: http://www.neweconomics.org/page/-/files/Well-being_Evidence_for_Policy_final.pdf.
- O Globo* (2013). “Um mês para não esquecer”. 30 de junho.
- OECD (2010). “PISA 2009 results: what students know and can do – student performance in reading, Mathematics and Science (Volume I)”. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/48852584.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2013.
- (2013). Crisis squeezes income and puts pressure on inequality and poverty. Disponível em <http://www.oecd.org/els/soc/OECD2013-Inequality-and-Poverty-8p.pdf> Acesso em 15 de novembro de 2013.

- Pessoa, S. (2013). “Há escassez de médicos?”. *Folha de São Paulo*, 15 de setembro.
- Proni, M. (2012). “O debate sobre a tendência ao pleno emprego no Brasil”. *Revista Economia e Tecnologia* Vol. 8 Issue 2. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Volume%208%20n%202/06%20Marcelo%20Weishaupt%20Proni.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2013.
- Resende, A.L. (2013). “O mal-estar contemporâneo”. *Valor Econômico*, Caderno Eu & Fim de semana, 5, 6 e 7 de julho.
- Ribeiro, R. (2005). “Carga tributária II Seminário de Política Tributária”. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudo-tributarios/Eventos/SeminarioII/P02CargaTributaira.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2013.
- Rodrigues, J. (2013). “A ganância com a copa da ladroagem já chegou a 467 mil casas populares”. *Coluna de Augusto Nunes*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/o-pais-quer-saber/a-gastanca-com-a-copa-da-ladroagem-ja-chegou-a-467-mil-casas-populares/>.
- Rossi, C. (2013). “O Chile, as urnas e a rua”. *Folha de São Paulo*, 17 de novembro. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/139358-o-chile-as-urnas-e-a-rua.shtml>. Acesso em 16 março de 2014.
- Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE (2013). “Perguntas e respostas sobre a definição da classe média”. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Perguntas-e-Respostas-sobre-a-Definição-da-Classe-Média.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2013.
- Sen, A. (1992). *Inequality reexamined*. Cambridge: Harvard University Press.
- Singer, A. (2013). “Alerta preto”. *Folha de São Paulo*, 2 de novembro.
- Stiglitz, J., A. Sen e J. Fitoussi (2009). “Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress”. Disponível em: http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf. Acesso em 24 de novembro de 2013.
- The Economist* (2013). “Prosperity and protest. Cry freedom. What price democracy?”. 29 de junho.

- Valor Econômico* (2013). “A estratégia de crescimento divide heterodoxos”. 24 de outubro.
- Valor Econômico* (2013). “Chegou a hora de olhar a classe média diz Paes de Barros”. 13 de novembro.
- Valor Econômico* (2013). “Com medo da violência, classe média esvazia manifestações”. 9 de setembro.
- Valor Econômico* (2013). “Dilma venceria no 1º turno, diz novo Datafolha”. 30 de novembro. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3358262/dilma-venceria-no-1>. Acesso em 30 de novembro de 2013.
- Valor Econômico* (2013). “Pesquisadores analisam manifestações”. 27 de setembro.
- Valor Econômico* (2013). “Programa mais médicos alavanca recuperação da imagem de Dilma”. 11 de setembro.

Fontes dos dados estatísticos

IBGE – SIDRA: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

IPEADATA: <http://www.ipeadata.gov.br>